

## A quem se destinam os apoios?

Pessoas e empresas direta ou indiretamente afetadas pelo incêndio ocorrido nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.

Assim, são destinatários do Programa:

- ◆ As pessoas inscritas no IEFP, como desempregadas:
  - ◆ cuja situação de desemprego tenha sido diretamente causada pelo incêndio
  - ◆ residentes nos concelhos afetados
- ◆ As entidades empregadoras, com sede ou estabelecimento nos concelhos abrangidos, cuja atividade tenha sido gravemente afetada pelo incêndio que necessitem de recorrer temporariamente à redução do período normal de trabalho ou à suspensão de contratos de trabalho

## Apoios à qualificação, criação e manutenção de emprego

### Legislação aplicável

Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto  
Resolução do Conselho de Ministros n.º 101 - A/2017, de 12 de julho

**O Programa de Apoio à Formação Profissional e Emprego** criado pela Portaria n.º 254/2017, de 11 Agosto, integra um conjunto de medidas temporárias que visam minorar os efeitos do incêndio ocorrido de 17 a 21 de junho de 2017 nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.

Estas medidas compreendem apoios à manutenção do emprego e ao reforço das qualificações em períodos de redução extraordinária da atividade em empresas economicamente viáveis, bem como à valorização e inserção profissional de pessoas em situação de desempregado afetados pelo incêndio, através da sua inserção em ações de formação profissional e da prioridade no acesso às medidas ativas de emprego.

O Programa, com carácter extraordinário e temporário, é executado pelo IEFP e coordenado pela Delegação Regional do Centro.

### Mais informações

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

300 010 001 (dias úteis 08h/20h)

## Programa de Apoio à Formação Profissional e Emprego



**Uma resposta às populações e empresas afetadas pelos incêndios**

## Medida Extraordinária de Qualificação de Ativos Empregados

Apoio ao reforço da qualificação dos trabalhadores com contratos de trabalho com redução temporária do período normal de trabalho ou suspensos, vinculados a empresas cuja atividade tenha sido gravemente afetada pelo incêndio, através da sua inserção em ações de formação profissional.

### Apoios

- Bolsa de formação (no valor correspondente a 30% do IAS a atribuir, em partes iguais, ao trabalhador e à entidade empregadora);
- Apoio à alimentação (montante igual ao atribuído aos trabalhadores com vínculo de trabalho em funções públicas);
- Apoio ao transporte (montante máximo mensal de 15% do IAS).

### Em que condições?

As entidades empregadoras devem reunir os seguintes requisitos:

- Demonstrar rácios de solvabilidade e autonomia financeira adequados;
- Ter as situações contributiva e tributária regularizadas perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária e Aduaneira e o IEFP;
- Não ter iniciado procedimento de despedimento coletivo;
- Ser beneficiária da medida de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão de contratos de trabalho;
- Apresentar um plano de formação orientado para a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho ou para o reforço da qualificação dos trabalhadores que aumente a sua empregabilidade.

## Medida Contrato-Emprego (Adaptações)

Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho, a tempo completo ou parcial, sem termo e a termo certo com duração igual ou superior a 12 meses, com as pessoas em situação de desemprego, diretamente causada pelo incêndio ou residentes nos concelhos afetados.

### Apoios

Os apoios financeiros previstos, no âmbito da celebração de contrato de trabalho sem termo (9 vezes o valor do IAS) ou de contrato de trabalho a termo certo (3 vezes o valor do IAS), são majorados em 20%.

Esta majoração de 20% é cumulável com as seguintes majorações previstas na medida Contrato-Emprego:

- 10% - Públicos em situação de maior desfavorecimento face à inserção no mercado de trabalho;
- 10% - Criação de postos de trabalho localizados em território economicamente desfavorecido;
- 20 % ou 30% consoante a tipologia de contrato celebrado — Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho.

### Em que condições?

Aplica-se às candidaturas que reúnam os seguintes requisitos:

- Sejam apresentadas por entidades empregadoras que tenham sede ou estabelecimento nos concelhos abrangidos;
- Os postos de trabalho sejam criados nos concelhos previstos;
- O contrato de trabalho seja celebrado com os destinatários do Programa.

## Medida Estágios Profissionais (Adaptações)

Apoio financeiro para a realização de estágios profissionais com o objetivo de facilitar a inserção no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de pessoas em situação de desemprego, diretamente causada pelo incêndio ou residentes nos concelhos afetados.

### Apoios

Os projetos de estágio beneficiam da comparticipação financeira do IEFP, com as seguintes especificidades:

- Comparticipação na bolsa de estágio, no valor de 90%, salvo se, da majoração prevista para os públicos mais desfavorecidos, resultar percentagem superior;
- Comparticipação nas despesas com transporte, no valor de 10% do IAS.

O montante do prémio ao emprego, pela celebração de contrato de trabalho sem termo com ex-estagiário, é majorado em 20%, até ao limite de €2.527,92 (ou de €3.159,90, nos casos de aplicação da majoração de 30% decorrente da medida de Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho). O prémio pode, ainda, ser cumulado com a dispensa parcial ou a isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral da Segurança Social (Decreto-Lei n.º 72/2017, de 21 de junho).

### Em que condições?

Aplica-se às candidaturas que reúnam os seguintes requisitos:

- Sejam apresentadas por entidades promotoras que tenham sede ou estabelecimento nos concelhos abrangidos;
- Projeto de estágio realizado nos concelhos previstos;
- Contrato de estágio celebrado com os destinatários do Programa.